G-20 muda dinâmica da OMC

A impressão é de que EUA e UE fincaram um acordo bilateral que atende apenas os seus interesses

LUIZ ANTONIO PINAZZA e MÔNICA BERGAMASCHI

Uma das principais novidades nas negociações internacionais de 2003 foi a criação de um grupo de nações em desenvolvimento, liderado pelo Brasil, China e a Índia e África do Sul. Designado G-20, em referência à data de sua formação, 20 de agosto, constitui-se uma tentativa para segurar o rolo compressor de Washington (EUA) e Bruxelas (UE).

Na reunião da Organização Mundial do Comércio, de setembro, em Cancún, no México, a questão do afrontamento agrícola aflorou por dois motivos: a demora na reforma da Política Agrícola Comum da UE, com uma aplicação sem clareza e de consequências pouco perceptíveis, e o aumento dos subsídios na agricultura dos EUA desde o lançamento da Rodada Doha, que trouxe mais dificuldades para os exportadores.

Na verdade, um cenário onde as negociações agrícolas tardam a deslanchar e impedem o cumprimento de um cronograma de acordos em modalidades. Aparentemente, fica a impressão de que os EUA e a UE firmaram um acordo bilateral no interesse apenas de seu agribusiness. O texto do documento ministerial proposto pelo presidente do Conselho Geral da OMC, o uruguaio Carlos Perez del Castillo, frustou, pois tratou apenas de mudanças cosméticas.

O G-20 surgiu para pressionar e arrancar uma estrutura de negociação antes mesmo da reunião de Cancún começar. O caso do algodão mostrou o tamanho da resistência em relação a esse processo. O grupo começou com 16 países e chegou a 22 em Cancún, mas depois emagreceu com a saída da Guatemala, El Salvador e Costa Rica, mais os países andinos (Equador, Colômbia e Peru). No encontro do Brasil, participavam 20 países, com a entrada do Egito, Tanzânia, Nigéria e Zimbábue.

As principais datas para as discussões da questão agrícola são:

- Início de 2000: criação do Comitê de Agricultura da OMC
- Novembro 2001: lançada a Rodada Doha, que incluiu pela primeira vez a agricultura no pacote de negociações
- Final de 2002: circula o primeiro rascu-

Destino das Exportações Brasileiras. janeiro a outubro.2003



nho de proposta das modalidades para negociação

• 31 de março de 2003: obtenção de um compromisso para métodos e modalidades (exemplo: como será a redução tarifária)

• Setembro de 2003: reunião ministerial da OMC, em Cancún, no México, onde os países devem aprovar um pré-compromisso para a agricultura

• 1 de janeiro de 2005: fim das negociações da Rodada Doha

Enquanto os acordos multilaterais da OMC prosseguem na marcha lenta tradicional, a balança comercial brasileira passa por importante mudança estrutural. Uma análise dos destinos das exportações nos anos de 1998 e 2003 dá alguns indicadores interessantes. Se a UE e os EUA continuam a ser os principais parceiros, absorvendo quase a metade das exportações, enquanto o primeiro cresce, o segundo encolhe. A participação do Mercosul teve queda e os embarques para Oriente Médio sobem, puxados pelas aquisições chinesas.

As regras da OMC são pouco definidas quando tratam de acordos regionais. Exigem que cubra parcela substancial de todo o comércio e não tratam de áreas específicas, como investimento, compras governamentais, propriedade intelectual etc. Até hoje, UE, NAFTA e Mercosul não receberam sinal verde do Comitê de Acordos Regionais.

Acusada de prejudicar a negociação, a posição do G-20 foi duramente criticada em Cancún. Contudo, a presença de Pascal Lamy e Supachai Panitchpakdi, respectivamente comissário de Comércio da União Européia e diretor geral da OMC, na reunião do grupo de dezembro no Brasil, deu legitimidade ao G-20. O diálogo precisa ser retomado para desanuviar o sentimento de fiasco deixado em Cancún.

2001	PIB US$ bilhões		População milhões		Comércio agrícola US$ bilhões		
	Total	Agrícola	Total	Agrícola	Exporta	Importa	Saldo
África do Sul	113	4	44	6	2.255	1.217	1.039
Argentina	289	13	37	4	10.989	1.210	9.779
Bolívia	8	1	9	4	400	234	166
Brasil	503	47	173	27	16.060	3.209	12.851
Chile	66	6	15	2	3.169	1.063	2.106
China	1.159	177	1.292	853	12.993	16.393	(3.401)
Colômbia	82	11	43	9	2.690	1.565	1.125
Costa Rica	16	1	4	1	1.553	469	1.084
Cuba	26	2	11	2	753	738	12
Equador	18	2	13	3	1.503	485	1.019
Filipinas	71	11	77	30	1.444	2.429	(985)
Guatemala	20	5	12	6	1.294	806	488
Índia	477	120	1.025	545	5.282	4.062	1.220
México	618	27	100	23	7.631	10.830	(3.199)
Paquistão	59	15	245	73	1.020	1.519	(500)
Paraguai	7	1	6	2	772	295	477
Peru	54	5	26	8	642	1.012	(370)
Tailândia	115	12	64	31	7.423	2.923	4.500
Venezuela	125	6	25	2	314	1.900	(1.585)
PEDs 1	3.807	464	3.120	1.631	78.188	52.358	25.830
EUA	10.065	164	286	6	56.706	44.490	11.766
UE	7.895	138	377	16	56.412	54.767	1.645
EUA+UE 2	17.960	302	663	22	113.118	99.707	13.411
Resto do mundo 3	11.155	1.655	2.351	923	107.955	165.744	(57.789)
Mundo 4	32.922	2.421	6.1134	2.575	299.261	317.809	(18.549)
1 / 4	11,6%	19,2%	50,9%	63,3%	26,1%	16,5%	–
2 / 4	54,6%	12,5%	10,8%	0,8%	37,8%	31,4%	–
3 / 4	33,9%	68,3%	38,3%	35,8%	36,1%	52,2%	–

Declaração de Cancún

Declaração da 5ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio - OMC, realizada em Cancún, no México, em 14 de setembro;

1. Ao concluir a nossa 5ª Conferência Ministerial em Cancún, gostaríamos de expressar o nosso profundo apreço ao governo e ao povo do México por sua excelente organização e pela hospitalidade acolhedora com que fomos recebidos em Cancún.

2. Neste encontro, demos as boas vindas ao Camboja e ao Nepal como os primeiros países menos desenvolvidos a aderir à OMC desde a sua inauguração.

3. Todos os participantes trabalharam duro e de modo construtivo para fazer os progressos exigidos pelos mandatos de Doha. Fizemos, de fato, considerável progresso. Entretanto, precisaremos trabalhar mais em algumas áreas-chave para podermos chegar ao término das negociações cumprindo os compromissos adotados em Doha.

4. Portanto, instruímos nossos funcionários que continuem trabalhando em questões importantes com renovado senso de urgência e propósito, levando em conta todos os pontos de vista que foram apresentados nesta Conferência. Pedimos ao presidente do Conselho Geral e ao diretor-geral que coordenem este trabalho e convoquem um encontro do Conselho Geral para funcionários de alto escalão até 15 de dezembro de 2003, para tomar as medidas necessárias nessa etapa que nos permitam avançar até a conclusão bem-sucedida e no prazo estipulado das negociações.

5. Levaremos conosco nesta nova fase todos os trabalhos valiosos feitos nesta Conferência. Naquelas áreas em que alcançamos um alto nível de convergência de textos, nos comprometemos a manter essa convergência enquanto trabalhamos por um resultado global aceitável.

6. A despeito desse contratempo, reafirmamos todas as nossas declarações e decisões de Doha e voltamos a nos comprometer com o trabalho para implementá-las de modo fiel e completo.

A DISPUTA NO ALGODÃO

Para serem cobertas pelo mecanismo da cláusula de paz, as negociações devem respeitar os compromissos de não superar os limites de subvenções dadas em 1992. Quando o Brasil levou a OMC a disputa do algodão, foi precisamente para denunciar um rompimento dos EUA com seus compromissos. Os subsídios concedidos à cotonicultura superaram os limites do acordo, de 72,9 centavos de dólar por libra peso. A cláusula de paz é uma espécie de segurança jurídica negociada na Rodada Uruguai para atender os países que subsidiam pesadamente a agricultura. As políticas protecionistas ficam livres por dez anos, até o final deste ano, de sofrerem denúncias pelos outros países com base no Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias ou de outras regras da OMC, por conta do apoio à produção e à exportação.Estima-se que os norte americanos tenham aportado US$ 5 bilhões de subsídios além do autorizado entre 19929 e 2002. O volume desse período passa de US$ 12 bilhões e não deveria ultrapassar a US$ 8 bilhões, segundo compromisso assumidos na Rodada Uruguai.Os EUA solicitaram ao painel da OMC que examinasse se os subsídios romperam ou não a cláusula de paz, para depois analisar a queixa brasileira. A disputa é extremamente complexa. É a primeira vez que um painel (comitê de investigação) da OMC examina uma discussão sobre eventual rompimerto da cláusula de paz. Existe uma intensa pressão internacional para reduzir a sua ajuda financeira para a cotonicultura, pois ela derruba os preços no mercado internacional e provoca prejuízos para os produtores de países em desenvolvimento.Às vésperas da conferência de setembro, um indicativo da postura protecionista: o órgão de apelação da OMC adiou a decisão se os EUA romperam cláusula de paz do Acordo Agrícola na disputa com o Brasil sobre os subsídios aos produtores norte americanos de algodão. ■

MÔNICA BERGAMASCHI *é diretora executiva da ABAG - Ribeirão Preto*

Reunião Ministerial da ALCA em Miami

A reunião ministerial da ALCA, realizada em Miami, foi concluída com um acordo final sobre a Declaração Ministerial, onde ficou definido um novo formato nos moldes do acordo firmado pelo Brasil e Estados Unidos na reunião prévia, ocorrida no dia 7 de novembro em Virgínia (EUA).

Do ponto de vista político, o resultado satisfez, ao manter vivo o projeto de integração hemisférica, embora se saiba das dificuldades para a conclusão do acordo no prazo previsto (até janeiro de 2005). Prevê-se regras comuns para todos os temas e possibilidade de acordos plurilaterais mais ambiciosos, acima do marco regulatório comum.

O rascunho do documento do Mercosul não chegou a ser discutido nesta Conferência, mas sugere o tratamento de todos os temas de interesse do setor no respectivo capítulo agrícola:

- acesso a mercados, com a eliminação de todas as tarifas para todos os produtos, sem exclusão;
- eliminação dos subsídios as exportações dentro da ALCA;
- disciplina nas outros medidas com efeito equivalentes aos subsídios às exportações, como crédito às exportações, seguro de crédito, ajuda alimentar etc;
- introdução de mecanismos para neutralizar o efeito distorcivo das políticas domésticas no comércio hemisférico.

A reunião de Miami terminou um dia antes do previsto, com um acordo comum firmado entre EUA e Brasil para orientar os próximos passos da negociação. A declaração foi assinada por 34 ministros. Os países devem se comprometer com uma lista básica de obrigações e direitos em cada um dos nove temas da pauta de negociações. Exemplos: abertura a importações, regulamentação de subsídios agrícolas, proteção à propriedade intelectual e a investimentos estrangeiros e fim da discriminação a estrangeiros.

Alguns encontros menores ocorrem antes da reunião do Comitê de Negociações Comerciais (CNC), de Puebla, a realizar-se na primeira semana de fevereiro, no estilo da reunião da Virgínia, para avançar nas negociações. É o caso da reunião do G-20 no Brasil e da OMC em Bruxelas durante dezembro. O setor privado terá de estar preparado para participar ativamente das negociações, que entrarão numa etapa decisiva.

O acordo dá uma orientação muito vaga sobre os rumos da ALCA e deixou insatisfeitos os governos do Canadá, México e Chile, com interesse em detalhar as obrigações exigidas de todos os países.

A delegação brasileira pretende aprofundar na OMC, junto com o G-20, compromissos em temas que dizem respeito:

- à garantia de que os subsídios domésticos não tenham impacto distorcivo na produção e no comércio de bens agrícolas;
- reformulação do enfoque das negociações de acesso a mercados (para uma eliminação mais significativa de cotas e tarifas);
- definição de um prazo para a eliminação dos subsídios à exportação
- regra especial para os países em desenvolvimento nessas três áreas de negociação.

Em termos práticos, será na próxima reunião do CNC, de fevereiro em Puebla, que o conteúdo dos capítulos será definido, inclusive da agricultura. A questão é saber se o tratamento dos temas será acordado em Puebla, principalmente a parte referente aos mecanismos de tratamento do apoio doméstico distorcivo.